



Relatório Anual  
de Informações **2025**

[www.previrb.com.br](http://www.previrb.com.br)

# Sumário

Para acessar cada seção do relatório, clique nos números abaixo.

- 1.** Introdução
- 2.** Investimentos
- 3.** Benefícios
- 4.** Administração
- 5.** Anexos
- 6.** Glossário



Sumário



## CAPÍTULO 1

# Introdução

Mensagem da Diretoria - 04

Principais Números e Indicadores - 06





## Mensagem da Diretoria



A missão da Fundação de Previdência dos Servidores do IRB (PREVIRB) é proteger o futuro de nossos Participantes, tanto na acumulação de patrimônio quanto no pagamento de benefícios. Mas, as iniciativas da Diretoria Executiva vão além da complementação de renda — elas baseiam-se em uma visão estratégica voltada ao cumprimento de compromissos previdenciários, com responsabilidade e transparência.

Muitos são os agentes que nos acompanham ao longo dessa jornada, razão pela qual este momento se mostra especialmente oportuno para o registro de agradecimento a todos os nossos Parceiros, Colaboradores, Patrocina-

dores, membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e dos Comitês.

Importante mencionar que, em 2025, houve uma alteração na nossa Diretoria Executiva, conforme previamente noticiado por meio dos canais oficiais de comunicação: em junho, Thiago Gomes do Carmo assumiu o cargo de Superintendente Geral, sucedendo João Bosco Quadros Barros, a quem agradecemos pelos 13 anos de dedicação e relevantes contribuições à PREVIRB. Thiago une esforços aos diretores Marcel Leal da Silva (Diretor Financeiro e de Investimentos) e Leonardo Mariano Baptista (Diretor de Benefícios).



Embora a dinâmica não seja a mesma, considerando especialmente as particularidades de cada exercício, os desafios estarão sempre presentes em nossa atuação. Em 2025, alguns fatores merecem ser destacados.

O cenário econômico brasileiro mostrou-se resiliente. Mesmo com juros elevados e volatilidade global, os fundamentos estáveis permitiram que os planos da PREVIRB mantivessem uma trajetória sólida de resultados:

- O **Plano Previdencial A** manteve sua consistência e equilíbrio atuarial, com destaque para a distribuição de superávit em curso e o pedido de nova distribuição em análise pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC);
- Já o **Plano Previdencial B** beneficiou-se de ajustes na gestão que potencializaram retornos, com expressiva valorização das cotas do grupo de ativos; e
- Quanto ao **Plano de Gestão Administrativa (PGA)**, a rentabilidade situou-se ligeiramente acima da meta estabelecida.

Para 2026, os desafios incluem a normalização da política monetária e incertezas externas. Contudo, seguimos confiantes em nossa governança e na disciplina de investimentos para fortalecer a solidez dos Planos e proteger o patrimônio dos Participantes.

A Diretoria Executiva permanece motivada a elevar ainda mais o desempenho da Fundação. Neste Relatório Anual de Informações (RAI), apresentamos os principais indicadores e resultados de 2025 nas gestões de investimentos, previdenciária e administrativa. Agradecemos a confiança de todos os nossos Participantes e desejamos uma excelente leitura.

Atenciosamente,

#### **A Diretoria Executiva**

**Thiago Gomes do Carmo,**  
Superintendente Geral

**Leonardo Mariano Baptista,**  
Diretor de Benefícios

**Marcel Leal da Silva,**  
Diretor Financeiro e de Investimentos



## Principais Números e Indicadores 2025

Os números e indicadores a seguir apresentam os principais resultados do Plano Previdencial A da PREVIRB em 2025, permitindo acompanhar o pagamento de benefícios, o número de Participantes, a situação financeira e o desempenho dos investimentos.

**R\$ 195,3**  
milhões

Total de Benefícios e Institutos Pagos



### Benefícios e Institutos do Plano Previdencial A



#### Plano A

Grupo Plano A

**R\$ 152,0**  
milhões

Grupo “Pré-68”

**R\$ 18,0**  
milhões

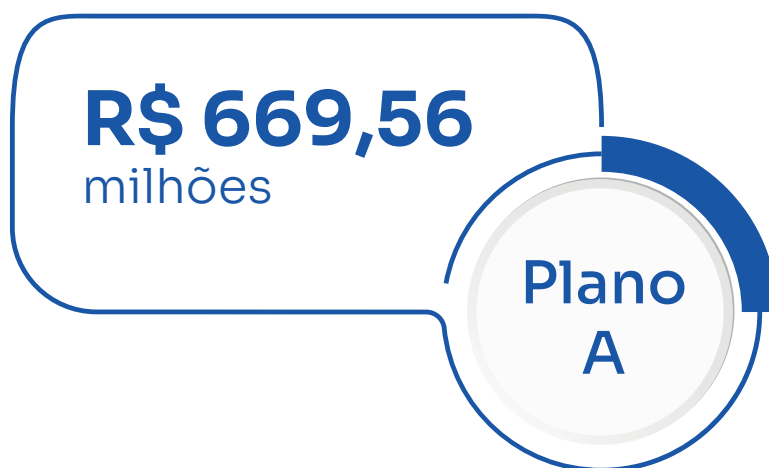


## Participantes

### Plano A



## Superávit do Plano Previdencial A



### Reserva Especial





## Rentabilidade Acumulada no Ano

	Plano A
Rentabilidade	<b>11,63%</b>
Inflação + Meta Atuarial*	<b>7,81%</b>
Índice de Referência (CDI)	<b>-</b>

\*3,76% a.a. (janeiro a novembro) e  
3,79% a.a. (dezembro)



Sumário



 **PREVIRB**

## CAPÍTULO 2

# Investimentos

Gestão dos Investimentos - 10

Demonstrativos dos Investimentos - 11

Gestão Terceirizada - Fundos - 21

Política de Investimentos - 22



## **Gestão dos Investimentos**



O principal objetivo da gestão dos investimentos de um fundo de pensão consiste sobretudo em assegurar a solvência de longo prazo e, ao mesmo tempo, garantir o fluxo de pagamentos das obrigações previdenciárias imediatas e de curto prazo.

No caso do **Plano de Benefício Definido (BD) – Plano Previdencial A**, busca-se atingir e/ou superar a meta atuarial, definida em sua Política de Investimentos como Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) + 3,79% ao ano (a.a.).

Em relação à gestão das despesas administrativas dos Planos de Benefícios, a

PREVIRB a executa através de seu Plano de Gestão Administrativa (PGA), que tem como meta de retorno atingir e/ou superar a variação do CDI.

A Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022 e suas alterações, confere as diretrizes para aplicação dos recursos garantidores dos Planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar. O artigo 5º da referida Resolução dispõe que: “a aplicação dos recursos deve observar a modalidade do plano de benefícios, suas especificidades, as necessidades de liquidez e os fluxos de pagamentos dos ativos”.



# Demonstrativos dos Investimentos



## Resultado dos Investimentos

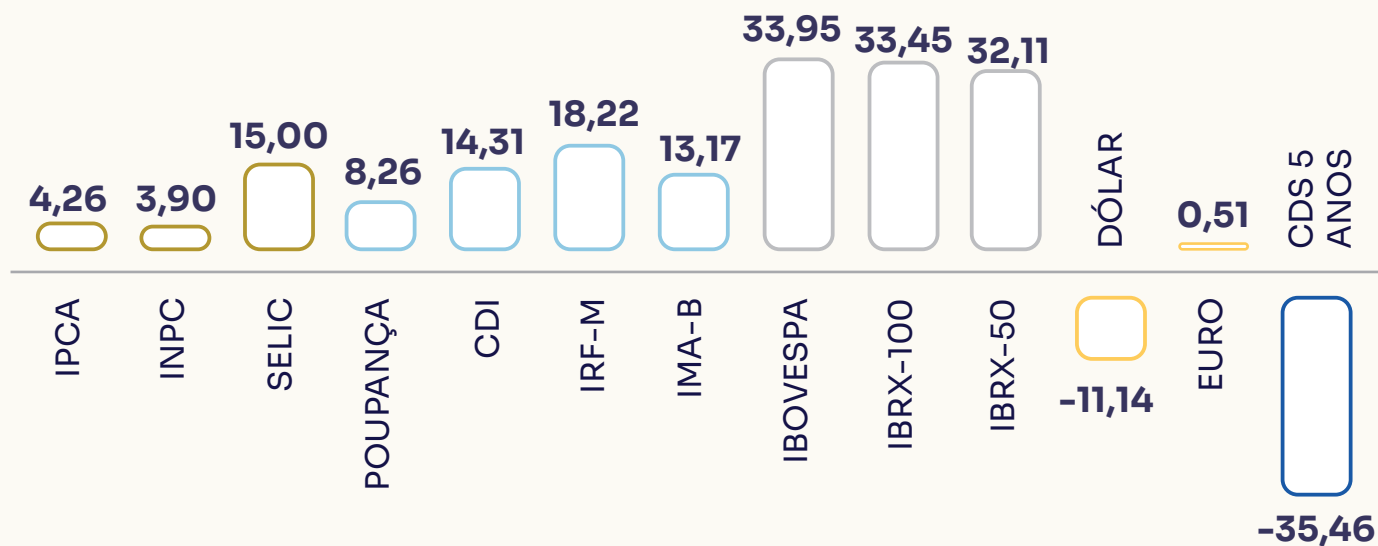
### Plano de Benefício Definido – Plano Previdencial A

Em 2025, a carteira de investimentos do Plano A registrou um fluxo acumulado de R\$ 301.707.926,21, valor que representa a remuneração dos ativos financeiros descontadas as despesas com investimentos. Cabe destacar que, mesmo considerando todas as medidas adotadas, que impactaram as reservas técnicas

nos últimos exercícios com objetivo de manter o equilíbrio atuarial, o Plano encerrou o ano com um superávit acumulado de R\$ 669.513.981,55. Ao término de 2025, os principais fatores de risco à carteira de investimentos apresentaram os seguintes resultados:



Em (%)



INFLAÇÃO E TAXAS DE JUROS

RENDA VARIÁVEL

RENDA FIXA

CÂMBIO

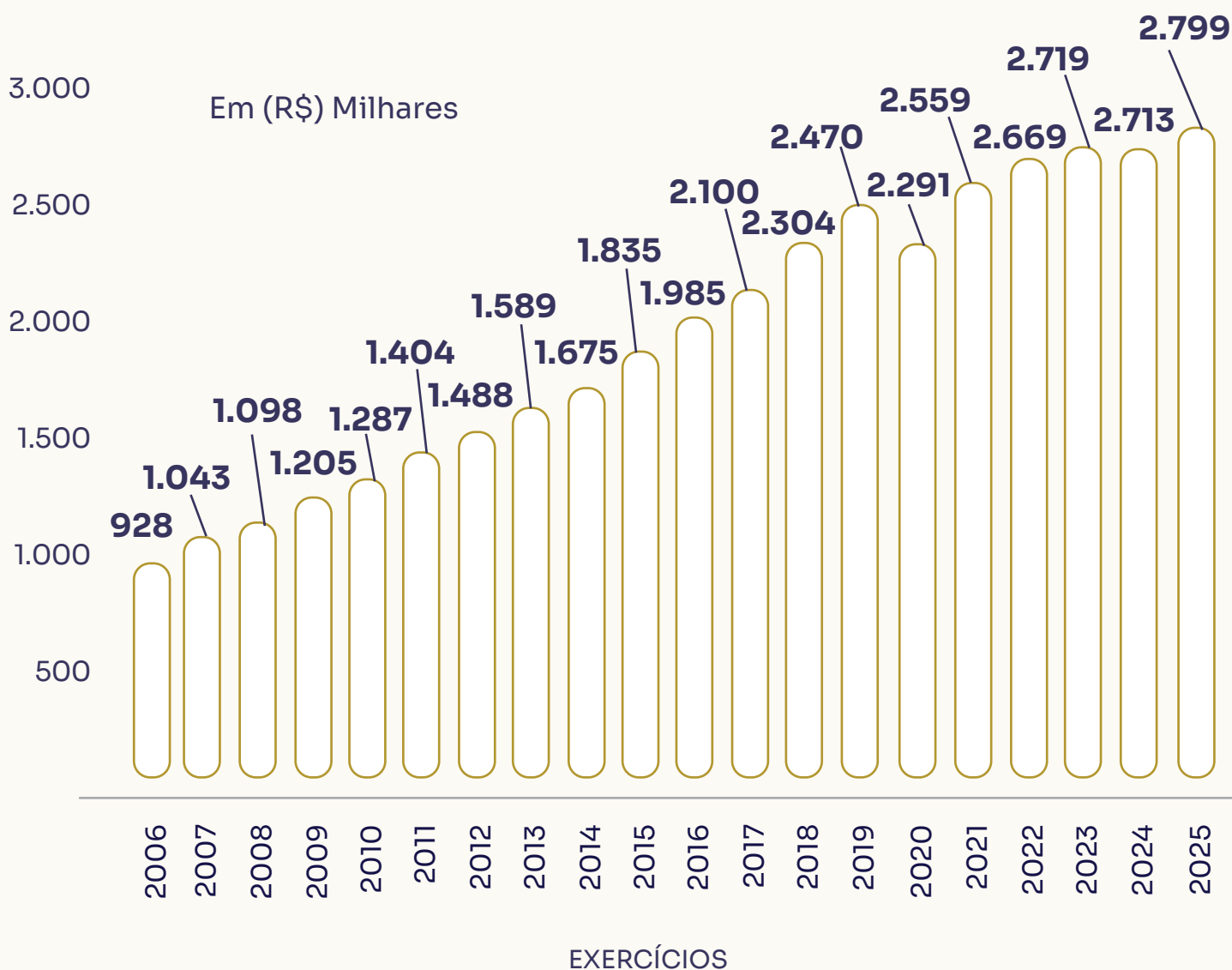
RISCO PAÍS

O fluxo previdencial acumulado no exercício foi negativo em R\$ 192.618.672,39, resultado característico de um Plano Previdencial maduro.

Em dezembro de 2025, o ativo total do Plano A somou R\$ 2.798.960.816,93. O resultado representa uma evolução de 3,18% em relação aos R\$ 2.712.590.849,80 registrados no mesmo período de 2024.



## EVOLUÇÃO DO ATIVO TOTAL

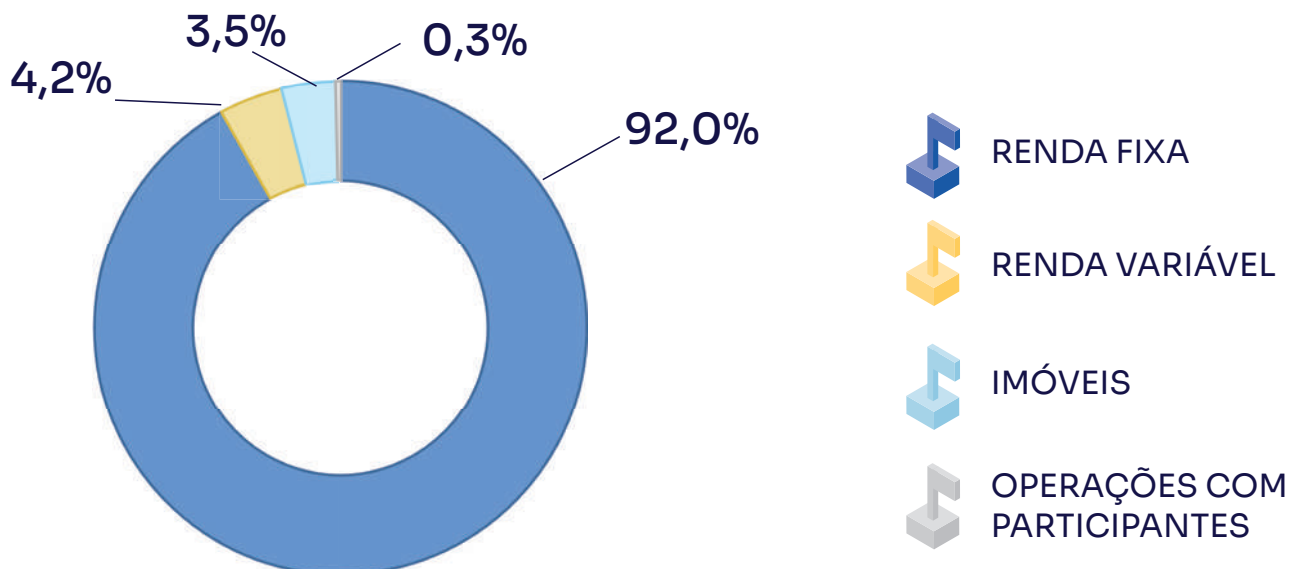


Em 2025, o Plano A registrou uma rentabilidade acumulada de 11,63%, representando 149% da meta atuarial (INPC+3,79% = 7,81%), refletindo a diversificação da carteira e a gestão eficiente dos investimentos.

Todas as aplicações são realizadas com base na Política de Investimento, disponível no [site](#) da Fundação para consulta dos Participantes, obedecendo os limites estipulados pelo Banco Central do Brasil por meio da Resolução CMN nº 4.994/2022 e suas alterações.



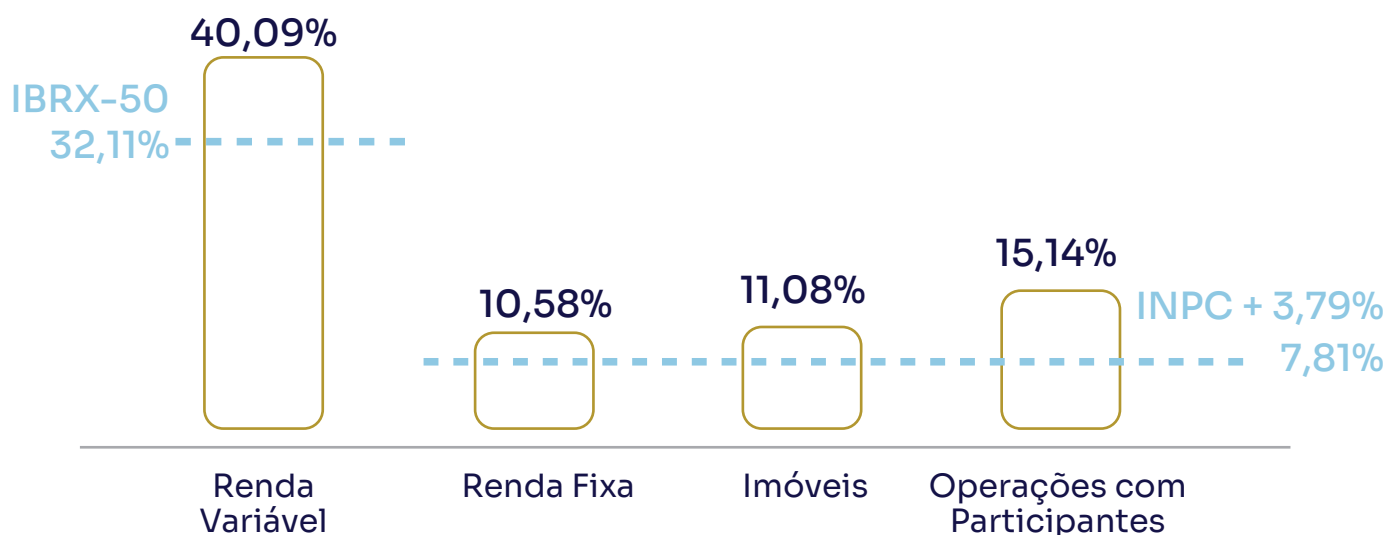
## APLICAÇÃO POR SEGMENTO DE INVESTIMENTOS (%)



Como mostra o gráfico a seguir, em 2025, as rentabilidades dos segmentos de renda fixa, imobiliário e de operações com participantes superaram o resultado do *benchmark* em 35%, 42%

e 94%, respectivamente. Por sua vez, o segmento de renda variável apresentou uma rentabilidade de 40,09% e superou o *benchmark* (IBRX-50) em 25%.

## RETORNO DAS CARTEIRAS DE INVESTIMENTOS (%)

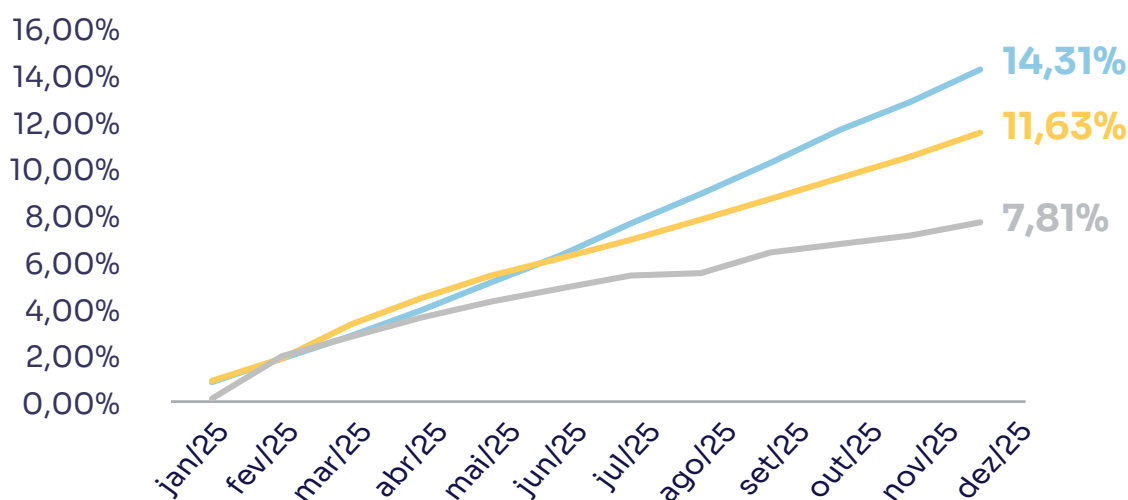




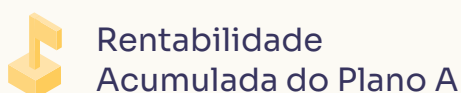
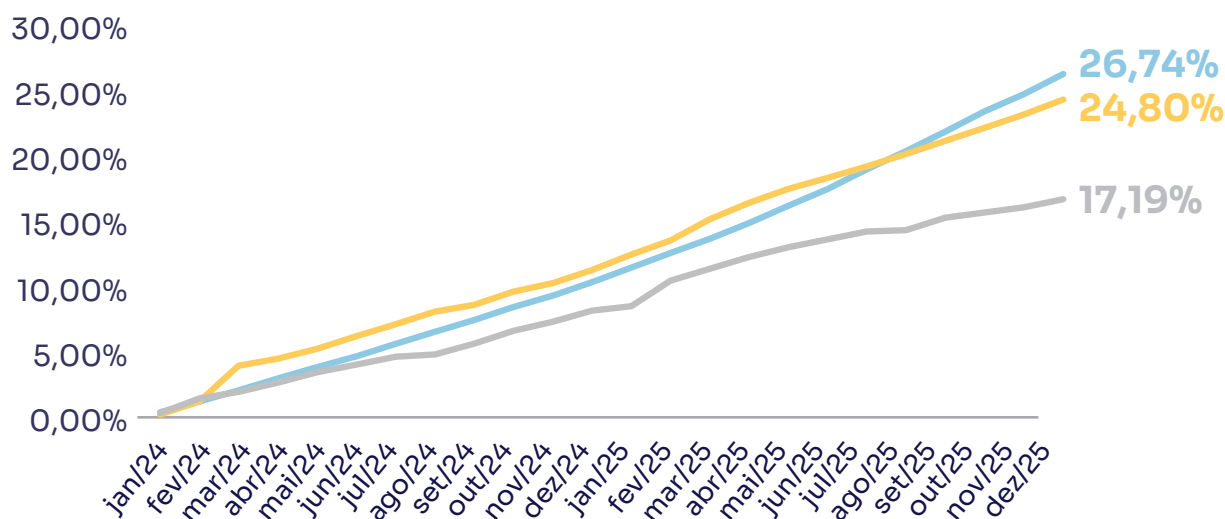
É importante ressaltar que os compromissos da Fundação são de longo prazo, sendo fundamental avaliar sempre os resultados sob a perspectiva de períodos mais extensos.

Os gráficos a seguir apresentam os retornos obtidos em períodos de 12, 24 e 60 meses, comparando-os com sua meta atuarial e com a variação do CDI.

### 12 Meses

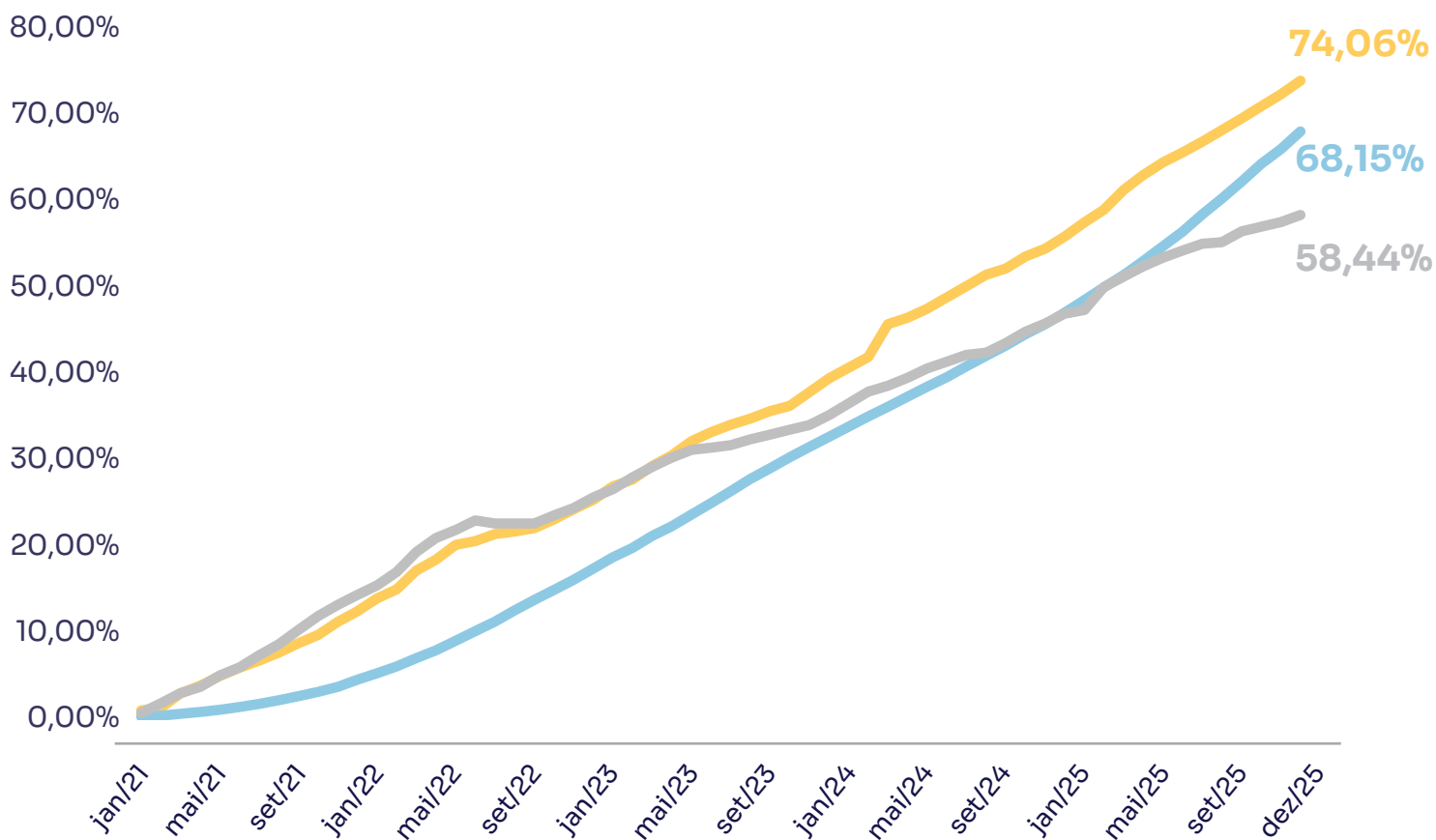


### 24 Meses





## 60 Meses



Rentabilidade Acumulada do Plano A



CDI Acumulado



Meta Atuarial Acumulada





## Performance dos Segmentos – Plano Previdencial A

### RENDA FIXA

De acordo com a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), as carteiras de títulos prefixados — representadas pelos índices IRF-M 1+ e IRF-M — lideraram as performances em 2025, com altas de 20,07% e 18,22%, respectivamente. Esses ativos ganharam atratividade especialmente no segundo semestre, refletindo a trajetória de queda da inflação e a perspectiva de início do ciclo de corte de juros pelo Banco Central. Os demais índices de Renda Fixa também registraram resultados positivos, com retornos próximos ao CDI. Entre os papéis de menor prazo (menor *duration*), o IMA-B 5 (NTNBs com prazo de até cinco anos) rendeu 11,65%, enquanto o IMA-B 5+ (NTNBs com prazos acima de cinco anos) acumulou 14,20%.

A Renda Fixa representa 92% da carteira total do Plano A. Essa alocação é composta majoritariamente por títulos públicos indexados à inflação (93% do segmento), seguidos por fundos de investimentos (4%), créditos privados (2%) e títulos prefixados (1%). O segmento encerrou 2025 com um patrimônio de R\$ 2,412 bilhões — um crescimento de 2,7% em relação ao ano anterior — e rentabilidade de 10,58%, o que corresponde a 135% da meta estabelecida.

Diante da manutenção da taxa básica de

juros em patamar elevado, a Renda Fixa deve seguir atrativa em 2026, oferecendo janelas favoráveis para novas alocações estratégicas.

### RENDA VARIÁVEL

O ano de 2025 foi amplamente positivo para o mercado acionário brasileiro. O Ibovespa, principal indicador da bolsa, encerrou o exercício aos 161.125 pontos, acumulando uma valorização expressiva de 33,95%. Esse desempenho foi impulsionado, prioritariamente, pelo ciclo de redução de juros iniciado pelo Federal Reserve (Fed), que enfraqueceu o dólar e estimulou uma realocação do capital global em direção a mercados emergentes, beneficiando os ativos de risco domésticos que operavam com desconto. Refletindo esse movimento, o fluxo líquido de capital estrangeiro na B3 somou aproximadamente R\$ 27 bilhões em 2025, revertendo a saída de R\$ 24 bilhões registrada no ano anterior. Neste cenário, o desempenho acumulado da carteira de Renda Variável do Plano A apresentou uma rentabilidade de 40,09%, acima do registrado pelo *benchmark* (IBrX-50), que valorizou 32,11%. O volume alocado no segmento foi de aproximadamente R\$ 108 milhões, representando cerca de 4% dos investimentos totais do Plano. Ao final do exercício, a carteira de ações era composta por ativos de 16 empresas de setores diversificados.



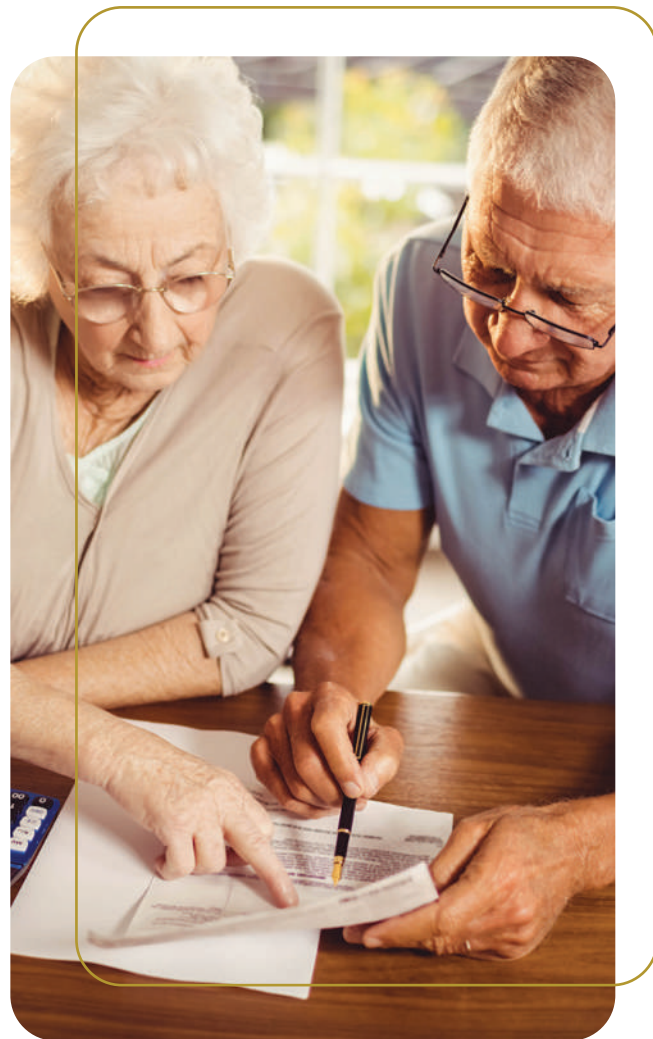
Para 2026, as perspectivas sugerem cautela e maior seletividade na alocação em ações. No mercado interno, embora se espere o início da redução dos juros pelo Banco Central, as projeções indicam que a Selic permanecerá em níveis elevados de dois dígitos. Somam-se a isso as expectativas de volatilidade decorrentes do cenário fiscal e do calendário eleitoral.

No ambiente externo, seguem as incertezas, principalmente, em torno da administração do atual presidente dos Estados Unidos e à condução do *Federal Reserve*, que terá novo presidente a partir de junho. A nova gestão poderá influenciar a continuidade do ciclo de corte de juros nos Estados Unidos em 2026.

## IMÓVEIS

No segmento imobiliário, o exercício de 2025 foi marcado pela continuidade da recuperação da atividade em imóveis comerciais, embora o setor tenha apresentado um desempenho heterogêneo entre as diferentes regiões do País. O setor de shopping centers, especificamente, registrou um crescimento de 1,2% nas vendas, com o faturamento atingindo o recorde histórico de R\$ 200,9 bilhões.

Segundo a Associação Brasileira de Shopping Centers (ABRASCE), o País encerrou o ano com 658 empreendimentos em operação e uma taxa de inadimplência de 4,3% — a menor da história —, demonstrando a resiliência do setor,



que manteve uma média de 471 milhões de visitantes mensais.

Para 2026, a perspectiva da ABRASCE é de uma ligeira melhora, impulsionada pela tendência de queda dos juros, da isenção do imposto de renda para pessoas que ganham até R\$ 5 mil e por eventos como a Copa do Mundo de Futebol. A expectativa é que o faturamento do setor alcance R\$ 203,7 bilhões, com a previsão de até 11 novas inaugurações. Nesse cenário, as grandes redes devem manter um ritmo de crescimento acima da média do mercado.



Refletindo essa dinâmica, a carteira de investimentos imobiliários do Plano A apresentou retorno positivo, sustentado pelo repasse da participação no Shopping Iguatemi Esplanada e pela gestão eficiente das salas comerciais nos edifícios Mourisco e Charles de Gaulle.

O segmento encerrou o ano com um volume de R\$ 92,1 milhões e rentabilidade acumulada de 11%, superando a meta atuarial em 42%. Cabe ressaltar que, conforme as normas vigentes, foi realizada a reavaliação anual dos ativos da Fundação, cujos resultados foram devidamente contabilizados no exercício após a emissão dos laudos técnicos.

## OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

O segmento finalizou o exercício de 2025 com 274 contratos de empréstimos, ante 266 em 2024, e registrou volume financeiro de R\$ 8.628 milhões, o que representa um crescimento de 16,3% frente aos R\$ 7.417 milhões do ano anterior. A rentabilidade acumulada do segmento manteve-se em patamar elevado, fechando o ano em 15,14% — resultado que supera a meta atuarial em 94%. Apesar do desempenho positivo e do crescimento no volume, a participação dos empréstimos na carteira total de investimentos do Plano A permanece reduzida (representando 0,33%), não gerando impacto significativo no resultado global consolidado da Entidade.





## Demonstrativos dos Investimentos do Plano Previdencial A

### ENQUADRAMENTO DO PLANO DE APLICAÇÕES - PLANO PREVIDENCIAL A

SEGMENTOS	Exercício 2025		Exercício 2024		Plano de Aplicação 2025		Limite Legal
	%	R\$	%	R\$	Máximo		
					%	R\$	
<b>RENDA FIXA</b>	<b>90,98%</b>	<b>2.412.403.530</b>	<b>92,52%</b>	<b>2.348.233.193</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.651.490.830</b>	<b>100,0%</b>
<b>Títulos Públicos Federais</b>	<b>25,31%</b>	<b>671.086.387</b>	<b>26,32%</b>	<b>668.090.749</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.651.490.830</b>	<b>100,0%</b>
NTNB's- Notas do Tesouro Nacional	24,12%	639.559.968	24,17%	613.405.461	-	-	-
NTNF's- Notas do Tesouro Nacional	1,19%	31.526.418	1,24%	31.495.925	-	-	-
LTN's- Letras do Tesouro Nacional	-	-	0,91%	23.189.364	-	-	-
<b>Títulos Privados</b>	<b>1,38%</b>	<b>36.605.574</b>	<b>2,70%</b>	<b>68.573.396</b>	<b>70,0%</b>	<b>1.856.043.581</b>	<b>80,0%</b>
LF's- Letras Financeiras	0,67%	17.729.159	1,29%	32.633.457	-	-	-
DSTE's- Debêntures Simples	0,71%	18.876.415	1,42%	35.939.939	-	-	-
<b>Fundos de Investimentos</b>	<b>3,42%</b>	<b>90.663.694</b>	<b>2,47%</b>	<b>62.688.318</b>	<b>80,0%</b>	<b>2.121.192.664</b>	<b>N/A</b>
Fundo Bradesco FI REF DI Premium	0,50%	13.341.702	0,21%	5.300.664	-	-	-
Safra Capital Market Premium FIC REF	0,72%	18.993.830	0,18%	4.565.640	-	-	-
Fundo Itaú High Grade RF CP FIC FI	2,14%	56.729.858	2,03%	51.488.777	-	-	-
Fundo Santander FIC FI INST. RF REF DI	0,06%	1.598.304	0,05%	1.333.237	-	-	-
<b>Fundo Exclusivo (Gestor: IRB Asset)</b>	<b>60,87%</b>	<b>1.614.047.875</b>	<b>61,02%</b>	<b>1.548.880.730</b>	<b>80,0%</b>	<b>2.121.192.664</b>	<b>N/A</b>
PREVIRB-PLA (NTN-B's)	60,87%	1.614.047.875	61,02%	1.548.880.730	-	-	-
<b>RENDA VARIÁVEL</b>	<b>4,07%</b>	<b>107.842.594</b>	<b>3,47%</b>	<b>88.102.000</b>	<b>25,0%</b>	<b>662.872.707</b>	<b>70,0%</b>
À Vista- Carteira Própria de Ações	4,07%	107.842.594	3,23%	82.085.500	-	-	-
ETF- iShares BM&FBOVSPA Small Cap Fundo de Índice	-	-	0,24%	6.016.500	-	-	-
<b>IMOBILIÁRIO</b>	<b>3,46%</b>	<b>91.770.000</b>	<b>3,53%</b>	<b>89.555.000</b>	<b>8,0%</b>	<b>212.119.266</b>	<b>20,0%</b>
Uso Próprio	0,11%	2.960.000	0,12%	3.170.000	-	-	-
Locadas a Terceiros	2,20%	58.310.000	2,30%	58.385.000	-	-	-
Rendas de Participações (Esplanada)	1,15%	30.500.000	1,10%	28.000.000	-	-	-
<b>OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES</b>	<b>0,33%</b>	<b>8.628.182</b>	<b>0,29%</b>	<b>7.416.923</b>	<b>2,0%</b>	<b>53.029.817</b>	<b>15,0%</b>
<b>VALORES A RECEBER</b>	<b>0,08%</b>	<b>2.142.345</b>	<b>0,07%</b>	<b>1.724.347</b>			
Renda Variável	0,07%	1.805.512	0,06%	1.404.695			① Venda do fundo ETF em março/2025.
Imobiliário	0,01%	336.833	0,01%	319.652			② Vencimento Final de LTN em 02/01/2025.
<b>DEPÓSITOS JUDICIAS/RECURSAIS</b>	<b>1,19%</b>	<b>31.507.702</b>	<b>1,13%</b>	<b>28.752.999</b>			③ Reavaliação dos Imóveis realizada em dezembro/2025.
<b>REALIZÁVEL DE INVESTIMENTOS</b>	<b>100,11%</b>	<b>2.654.294.352</b>	<b>101,01%</b>	<b>2.563.784.461</b>			
<b>(+) Disponível</b>	<b>0,01%</b>	<b>175.573</b>	<b>0,01%</b>	<b>183.263</b>			
<b>(-) Exigível de Investimentos</b>	<b>(0,11%)</b>	<b>(2.979.096)</b>	<b>(1,02%)</b>	<b>(25.822.329)</b>			
<b>RECURSOS GARANTIDORES</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.651.490.830</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.538.145.395</b>			



## Gestão Terceirizada – Fundos

No quadro a seguir, são apresentadas informações complementares sobre os fundos de investimentos que compõem as carteiras dos Planos da Fundação, com posição em 30 de dezembro de 2025.

Cabe ressaltar que, a gestão terceirizada é realizada por agentes de reconhecida conduta e profissionalismo, além de pertencerem aos principais grupos financeiros do País.

INVESTIMENTOS COM GESTÃO TERCEIRIZADA - Exercício de 2025 -							
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	GESTOR	DISTRIBUIÇÃO					
		Plano	SALDO	Participação s/ Total dos Recursos Garantidores dos Planos	Participação Sobre Total Terceirizado	Participação s/ Patrimônio do Fundo de Investimentos	
REFERENCIADO E CRÉDITO PRIVADO	BRADESCO FI REF DI PREMIUM	BRADESCO	A	13.341.702,12	0,50%	7,80%	0,07%
			B	14.876.034,99	4,20%	8,70%	0,08%
			PGA	949.759,43	2,66%	0,56%	0,00%
	BTG Pactual CDB I FIC FI RF CP		B	12.738.749,42	3,60%	7,45%	0,28%
			PGA	1.273.683,04	3,56%	0,74%	0,03%
	SANTANDER FIC FI INST. RF REF DI	SANTANDER	A	1.598.304,44	0,06%	0,93%	0,03%
			B	12.968.039,54	3,66%	7,58%	0,28%
			PGA	1.195.361,22	3,34%	0,70%	0,03%
	ITAÚ HIGH GRADE RF CP FIC FI	ITAÚ	A	56.729.857,89	2,14%	33,16%	0,33%
			B	15.886.677,83	4,48%	9,29%	0,09%
			PGA	1.660.503,63	4,64%	0,97%	0,01%
	SAFRA CAPITAL MARKET PREMIUM FIC REF	SAFRA	A	18.993.829,63	0,72%	11,10%	0,32%
B			17.279.273,16	4,88%	10,10%	0,29%	
PGA			1.582.515,81	4,43%	0,93%	0,03%	
<b>TOTAL</b>			<b>171.074.292,15</b>	<b>5,62%</b>	<b>100,00%</b>		

## Política de Investimentos 2026-2030

No processo de planejamento de suas Políticas de Investimentos, a PREVIRB adota um horizonte estratégico de 60 meses, com revisões anuais, em estrita observância às diretrizes das Resoluções CMN nº 4.994/2022 e PREVIC nº 23/2023, bem como suas respectivas alterações.

Para o ciclo de 2026 a 2030, foram implementados os ajustes necessários para

alinhar a estratégia ao novo cenário econômico, mantendo-se, contudo, as diretrizes fundamentais de macroalocação dos recursos garantidores e as determinações das normas citadas no parágrafo anterior. Essas políticas estabelecem os parâmetros para a aplicação das reservas dos Planos administrados pela PREVIRB, fundamentando-se nas seguintes características principais:

PLANOS	CNPJ DOS PLANOS	CADASTRO NACIONAL DE PLANOS DE BENEFÍCIOS - CNPB	META ATUARIAL/ÍNDICE DE REFERÊNCIA
PLANO PREVIDENCIAL A - BENEFÍCIO DEFINIDO (BD)	48.306.554/0001-48	1977.0001-18	100% da variação do INPC + 3,79% a.a.*
PLANO PREVIDENCIAL B - CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL (CV)	48.307.197/0001-32	2003.0019-56	100% da variação do CDI*
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA	29.959.574/0001-73	-	100% da variação do CDI

\* Para os benefícios definidos do Plano A e do Plano B (parcela mutualista), a meta atuarial foi definida como a variação do INPC + 3,79%. O índice de referência estabelecido na política para o Plano B (parcela quotizável) é o CDI.



Os itens a seguir se referem aos Planos Previdenciais A e B e ao PGA, e complementam as informações contidas no Capítulo IV, Art.19, da Resolução CMN nº 4.994/2022 e suas alterações.

## QUADRO DE PRINCÍPIOS E INSTRUMENTOS

DERIVATIVOS	APREÇAMENTO	PRINCÍPIOS SOCIOAMBIENTAIS
<p>É permitida a utilização dos instrumentos derivativos que tenham como finalidade a proteção dos investimentos, desde que na modalidade “com garantia”, respeitando cumulativamente os limites, restrições e demais condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.994/2022 e alterações.</p>	<p>A metodologia para apuração deve observar as possíveis classificações dos ativos adotados pela PREVIRB (para negociação ou mantidos até o vencimento), observado adicionalmente o disposto na Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021 e suas alterações.</p>	<p>A Entidade adota ao longo da vigência da política, que os princípios socioambientais serão observados sempre que possível, sem adesão formal a protocolos de regras</p>





## Quadro Resumo dos Limites e Meta/Índice de Referência

### PLANO PREVIDENCIAL A

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE SUPERIOR
Renda Fixa	100%	80,00%	100,00%
Renda Variável	70%	14,00%	25,00%
Estruturado	20%	1,00%	6,50%
Imobiliário	20%	3,50%	8,00%
Operações com Participantes	15%	0,50%	2,00%
Exterior	10%	1,00%	1,50%





A Resolução CMN nº 4.994/2022 e suas alterações, determina que as Entidades designem o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ), que será o principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores dos Planos e pela prestação de informações

relativas à aplicação desses recursos. Determina, ainda, a designação do administrador ou comitê responsável pela gestão de riscos, considerando o porte e a complexidade da Entidade. A seguir estão indicados o AETQ, o ARGR e o ARPB da PREVIRB.

#### ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO - AETQ

FUNÇÃO	CPF	NOME	CARGO
AETQ	081.162.557-54	MARCEL LEAL DA SILVA	DIRETOR FINANCEIRO E DE INVESTIMENTOS

#### ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DE RISCOS - ARGR

FUNÇÃO	CPF	NOME	CARGO
ARGR	089.746.157-62	THIAGO GOMES DO CARMO	SUPERINTENDENTE GERAL

#### ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELO PLANO DE BENEFÍCIOS - ARPB

FUNÇÃO	CPF	NOME	CARGO
ARPB	099.320.047-82	LEONARDO MARIANO BAPTISTA	DIRETOR DE BENEFÍCIOS

O ARGR da Fundação, após análise e avaliação, certifica a aderência dos seguintes riscos: de mercado, de crédito, de liquidez, legal, operacional, sistêmico, atuarial e de solvência, conforme indicado no quadro ao lado:

As Políticas de Investimentos estão disponíveis na íntegra no [site](#) da PREVIRB para consulta pelos Participantes e Assistidos.

#### AVALIAÇÃO E CONTROLE DE RISCO

TIPO	ADERÊNCIA
Risco de Mercado	✓
Risco de Crédito	✓
Risco de Liquidez	✓
Risco Legal	✓
Risco Operacional	✓
Risco Sistêmico	✓
Risco Atuarial	✓
Risco de Solvência	✓



Sumário



 **PREVIRB**

## CAPÍTULO 3

# Benefícios

Estatuto e Regulamentos - 27

Gestão Previdencial - 28

Plano Previdencial A - 31

Recadastramento - 38



# Estatuto e Regulamentos



## ESTATUTO

Não houve alteração no Estatuto no exercício de 2025.

## REGULAMENTO DO PLANO PREVIDENCIAL A

Não houve alteração no Regulamento do Plano Previdencial A no exercício de 2025.





# **Gestão Previdencial**

## REGRAS ATUARIAIS

Anualmente, deve ser realizada avaliação atuarial para a apuração e o registro do resultado dos Planos de Benefícios no balanço patrimonial, posicionada no encerramento de cada exercício.

Previamente à realização das avaliações atuariais, deve ser atestada, por meio de estudo específico, a aderência das hipóteses que serão adotadas.

A proposição e a validação das hipóteses adotadas na avaliação atuarial dos Planos de Benefícios são de responsabilidade exclusiva do atuário do Plano, assim como a responsabilidade pela aprovação das hipóteses propostas compete aos membros estatutários da PREVIRB, sem prejuízo da responsabilidade atribuível a outros profissionais que tenham contribuído para a realização dos estudos.

## ESTUDO TÉCNICO DE ADEQUAÇÃO DAS HIPÓTESES ATUARIAIS

É determinado que toda hipótese atuarial utilizada na avaliação atuarial do Plano de Benefícios esteja embasada em estudo técnico de adequação.

Esse estudo é o instrumento técnico por meio do qual devem ser demonstradas, para cada Plano de Benefícios:

I - A convergência entre a hipótese de taxa real anual de juros e a taxa de retorno real anual projetada para as aplicações dos recursos garantidores relacionados aos benefícios a conceder e concedidos, que tenham seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente; e

II - A aderência das demais hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de Participantes e Assistidos, bem como dos Plano de Benefícios.

Esse estudo tem validade geral máxima de 3 (três) anos, contados a partir da data de sua realização. Contudo, com relação à hipótese de taxa de juros real, o estudo técnico terá validade específica de 1 (um) ano.

Com o objetivo de mitigar o risco atuarial – definido como o risco decorrente da adoção de premissas atuariais que não se confirmem ou se revelem pouco aderentes à massa de Participantes, bem como o risco decorrente do uso de metodologias que se mostrem inadequadas às características dos Planos – a PREVIRB acompanha, anualmente, o resultado dos testes de aderência das hipóteses.

Para o ano de 2025, optou-se por realizar, no Plano Previdencial A (Plano A), os seguintes testes: **Mortalidade Geral**,



## **Mortalidade de Inválidos, Taxas de Juros e Fator de Capacidade.**

No Plano A, a hipótese de Entrada em Invalidez não foi testada, pois não houve eventos suficientes para a realização do teste. Também não foi testada a hipótese de Rotatividade, em razão da reduzida massa de Participantes (somente 1 Participante com benefício saldado), sem contribuições normais ao Plano, sendo remota a probabilidade de portabilidade e saída do Plano.

A hipótese de Composição Familiar também não foi testada, pois o Plano A utiliza a Família Real dos Assistidos para o cálculo das reservas. Além disso, a hipótese sobre a Expectativa de Crescimento Salarial não é mais aplicável, uma vez que o último Participante Ativo do Plano A aposentou-se em outubro de 2019. Com relação ao crescimento dos benefícios, o critério encontra-se definido no Regulamento, correspondendo ao INPC para os benefícios suplementares.

Após a realização dos testes, as premissas foram avaliadas e aprovadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo, acompanhados de parecer emitido pelo Conselho Fiscal, em conformidade com a legislação vigente.

Dentre as premissas estudadas, destacam-se a tábua de mortalidade, utilizada para estimar a longevidade dos Assistidos que recebem benefício na forma de Renda Mensal Vitalícia (RMV), e a taxa

anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios futuros dos Planos.

A cada avaliação de encerramento de exercício, a PREVIRB monitora a evolução das massas de Assistidos e a compara com a massa esperada pela tábua de mortalidade adotada, com o objetivo de demonstrar que a tábua utilizada representa a realidade do grupo.

Com base no estudo de aderência realizado em 2025 para o Plano A, foi indicada a manutenção da tábua de mortalidade utilizada em 2024, qual seja: AT-2000 M&F (Suavizada em 10%).

Com relação à taxa anual de juros, no Plano B foi necessária a elevação da taxa, que passou de 3,76% a.a., utilizada nos últimos anos, para 3,79% a.a., a partir de dezembro de 2025. Tal mudança ocorreu por força de legislação, uma vez que o limite inferior do intervalo previamente aprovado pela PREVIC foi fixado em 3,79% a.a. Esta alteração também foi aplicada ao Plano A, com o intuito de manter ambos os Planos com a mesma taxa atuarial, prática adotada pela Fundação.

O **Plano A** encontra-se em estágio de elevada maturidade, com R\$ 1,89 bilhão em provisões matemáticas, em que a quase totalidade dos Participantes está em fase de recebimento de benefícios. Com base nos resultados dos testes, foram mantidas todas as premissas do ano anterior.



Abaixo apresentamos as hipóteses aprovadas:

HIPÓTESES	PLANO PREVIDENCIAL A
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 M&F (Suavizada em 10%)
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-85
Taxa de Juros Técnicos	3,79% a.a.
Fator de Capacidade	0,98
Projeção de Crescimento Salarial	Nulo
Rotatividade	Nula
Custo de Pensão	
Benefícios a Conceder	Família Real
Benefícios Concedidos	Família Real
<b>REGIME FINANCEIRO E MÉTODO FINANCEIRO</b>	<b>Plano Previdencial A</b>
Renda de Aposentadoria	
Aposentadoria por Invalidez	Capitalização e Agregado
Pensão por Morte	
Pecúlio por Morte	
Auxílio-Funeral	-
Renda Temporária de Auxílio-Doença	-



# Plano Previdencial A

## Perfil dos Participantes

O Plano Previdencial A possui dois grupos de custeio: Grupo Plano A e Grupo “Pré-68” (Participantes admitidos no Patrocinador IRB(Re) até 31/12/1968). No Grupo “Pré-68”, há Assistidos cujos benefícios são de responsabilidade do IRB(Re) e da PREVIRB, e outros cujos benefícios são de inteira responsabilidade do IRB(Re).

Em dezembro de 2025, o número de Assistidos (1.302 Assistidos e Pensionistas) correspondia a 99,92% do total de Participantes do Plano, contra 0,08% (1 Participante) com benefícios a conceder.

Observa-se, também, que a idade média dos Assistidos no “Grupo Plano A” passou de 74,4 para 74,8 anos de idade, enquanto no “Grupo Pré-68”, não houve

alteração, permanecendo em 87,8 anos.

Ao final do exercício de 2025, o Plano A atingiu a marca de 1.275 benefícios pagos mensalmente, frente a 1.305 no ano anterior, além de 27 benefícios de responsabilidade exclusiva do IRB(Re), frente a 28 no ano anterior.

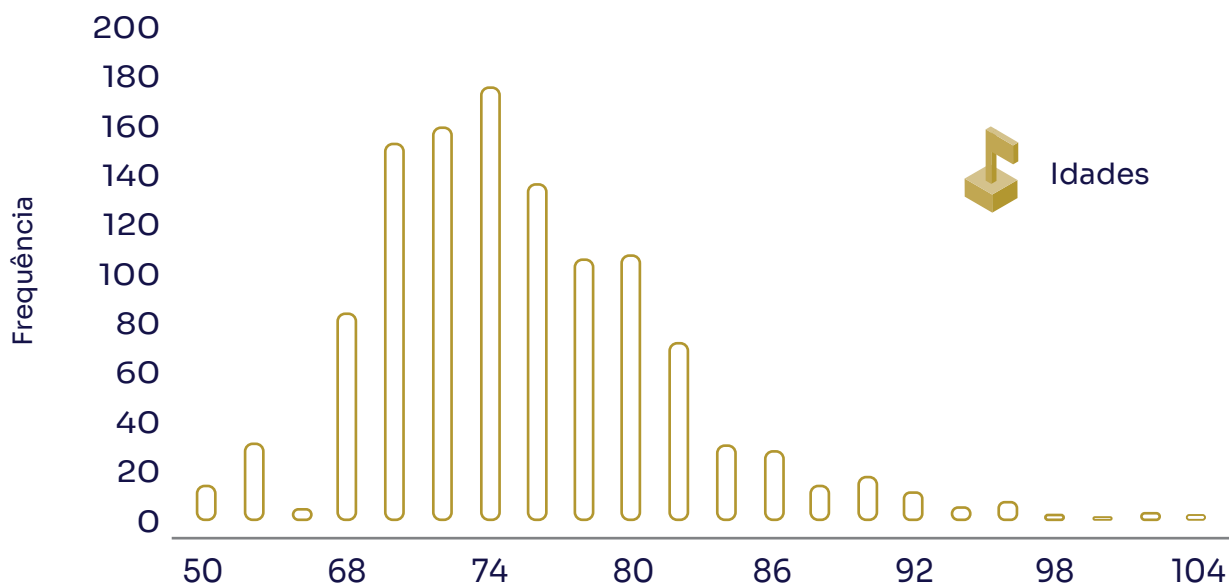
No período, foram registradas as seguintes ocorrências: 43 falecimentos de Assistidos e Pensionistas; e a concessão de 12 novas pensões.

As idades dos Segurados do Grupo de Custeio Plano A estão compreendidas na faixa de 18 a 104 anos, considerando Assistidos e Pensionistas, com média de 74,8 anos. Já no Grupo de Custeio do “Pré-68”, as idades variam de 77 a 110 anos, com média de 87,8 anos.



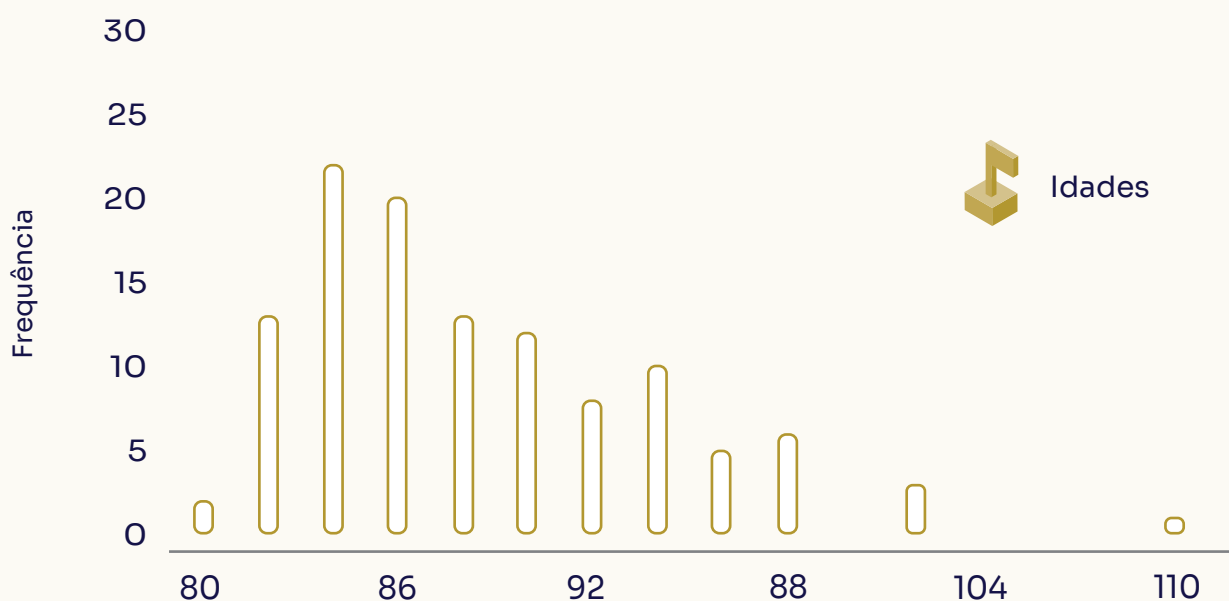
### Plano Previdencial A

Distribuição de Participantes Assistidos por Idade em 31/12/2025



### Plano Previdencial A - Grupo Pré-68

Distribuição de Participantes Assistidos por Idade em 31/12/2025



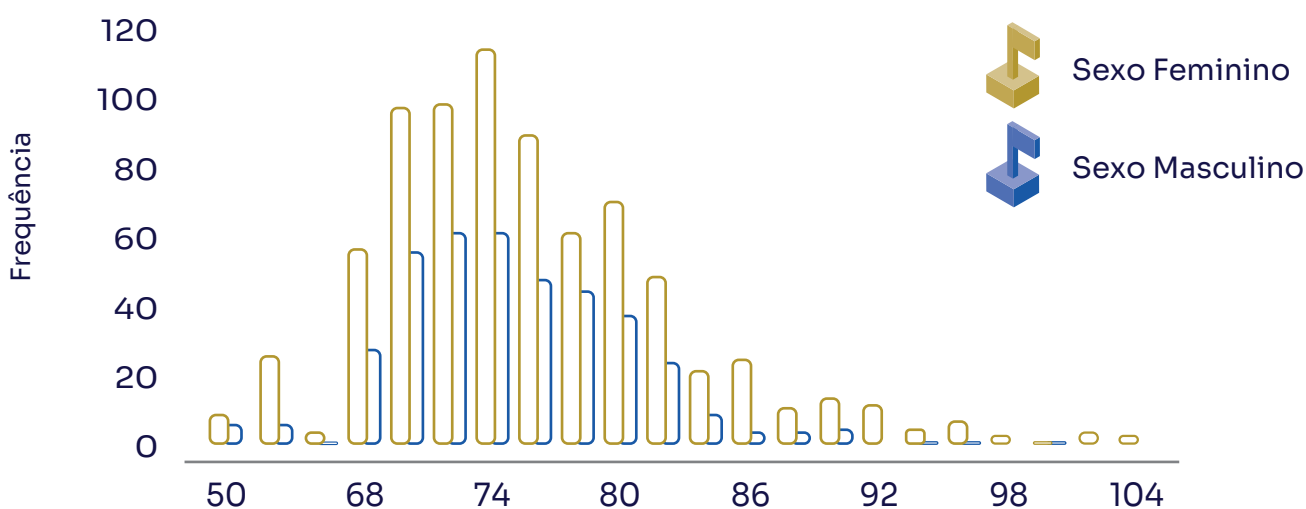


A distribuição dos Segurados do Grupo de Custeio Plano A, por sexo e idade, mostra predominância feminina em todas as faixas etárias – 66% são mulheres e 34% são homens.

No Grupo de Custeio “Pré-68”, também há predominância de mulheres em todas as faixas etárias – 65% são mulheres e 35% são homens.

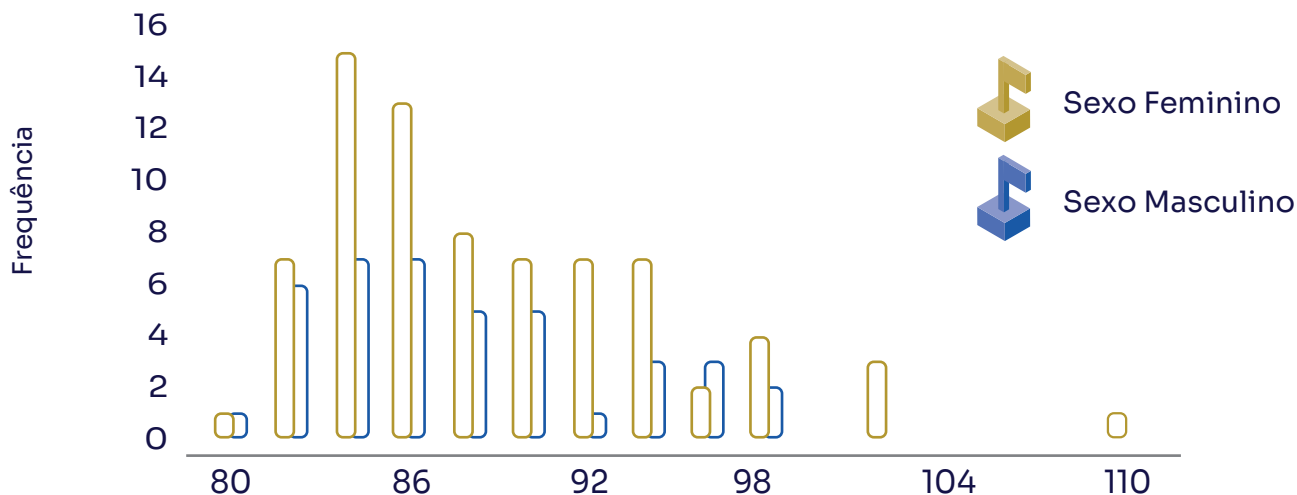
### Plano Previdencial A

Distribuição de Participantes Assistidos por Idade e Sexo em 31/12/2025



### Plano Previdencial A - Grupo Pré-68

Distribuição de Participantes Assistidos por Idade e Sexo em 31/12/2025





### Despesas com Benefícios

O Plano A realizou o pagamento de benefícios no valor total de R\$ 152 milhões, o que representa um aumento de 2,73% em relação ao exercício anterior (R\$ 147,9 milhões).

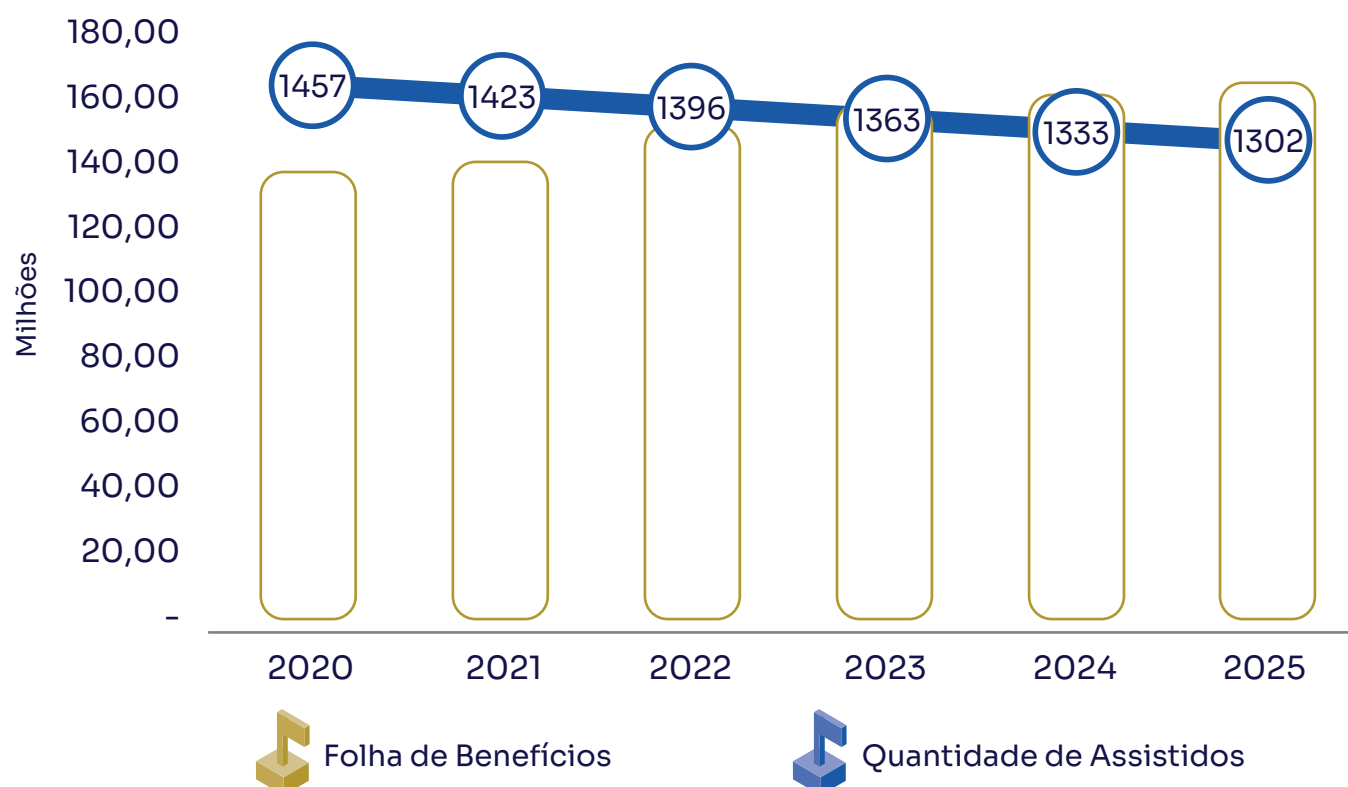
Como já mencionado, o Plano está em fase madura, na qual praticamente todos os Participantes estão na condição de Assistidos, não havendo receitas previdenciárias. O equilíbrio do Plano é mantido com recursos originados da gestão dos ativos.

Desde janeiro de 2016, a PREVIRB efetua o pagamento dos benefícios dos

Assistidos do Grupo de Custeio “Pré-68”. Para isso, o IRB(Re) repassa mensalmente à PREVIRB, antes da data de pagamento, o valor correspondente à sua responsabilidade.

Cabe destacar que, durante o exercício de 2025, o pagamento da folha de benefícios desse grupo foi efetuado via encontro de contas, com a utilização dos recursos alocados nos Fundos de Revisão do Plano – parcela do Patrocinador. O total pago em benefícios a este grupo, em 2025, foi de R\$ 18,01 milhões, o que representa uma redução de 7,28% em relação ao exercício anterior (R\$ 19,43 milhões).

## Plano Previdencial A – Grupo Plano A e Grupo “Pré-68” Histórico da Folha de Benefícios e Número de Assistidos





Em 23 de outubro de 2023, foi publicada a Portaria PREVIC nº 925, de 19 de outubro de 2023, que comunicou a aprovação da forma de distribuição do superávit 2018, na forma de Benefício Eventual Temporário (BET) aos Participantes e Assistidos do Plano Previdencial A, bem como a reversão de valores ao Patrocinador IRB(Re), caso haja saldo favorável após o encontro de contas anteriormente realizado com os valores a receber do exercício de 2017.

Com relação à distribuição de superávit referente ao exercício de 2018, o valor deste foi novamente corrigido pelo INPC em novembro de 2025, considerando o período de 1º de novembro de 2024 até 31 de outubro de 2025, garantindo a atualização dos valores do Fundo.

O valor global, que era de R\$ 39.409.639,85 em outubro de 2024, passou a ser de R\$ 41.178.211,50 em novembro de 2025. Após o reajuste, a parcela do Fundo referente aos Participantes e Assistidos passou a ser de R\$ 21.614.442,45, e a parcela referente ao Patrocinador, de R\$ 19.564.769,05.

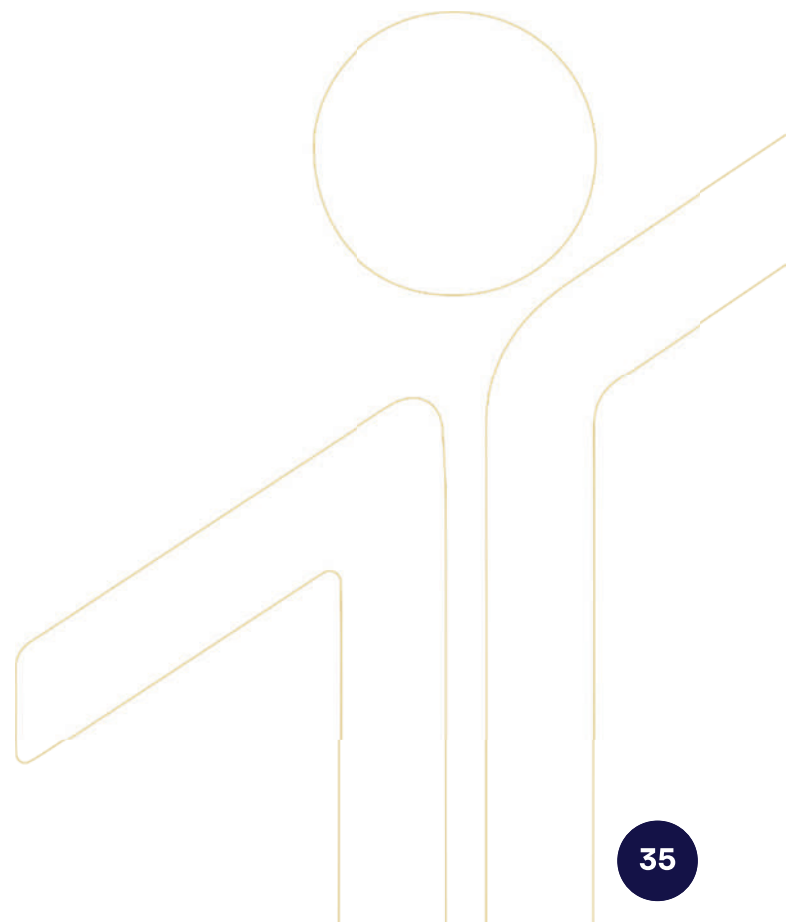
Cabe reforçar que, os recursos recebidos pelo Patrocinador, referentes ao exercício de 2018, serão utilizados, primeiramente, para o abatimento da folha de benefícios do Grupo “Pré-68”. Somente após a quitação desse compromisso poderá ocorrer a reversão de valores.

Em dezembro de 2025, foi registrado o pagamento da parcela 26/36, restando

no Fundo o valor de R\$ 18.567.556,99, referente à parcela dos Participantes, e R\$ 16.303.974,19, referente à parcela do Patrocinador. Com isso, o Fundo para Revisão do Plano – Reserva Especial de 2018 registrou, no balanço, o valor total de R\$ 34.871.531,18.

Consta também no balanço o Fundo para Revisão do Plano – Reserva Especial de 2021, no valor de R\$ 12.599.305,93. Neste exercício, foi constituído ainda um novo Fundo para Revisão do Plano – Reserva Especial de 2022, no valor de R\$ 134.010.257,91.

Quanto à distribuição relativa ao exercício de 2021, a expectativa da Fundação é que o processo seja concluído, no âmbito da PREVIC, no primeiro semestre de 2026. Na sequência, será protocolado o pedido de utilização do Fundo de 2022.





### Reserva Matemática

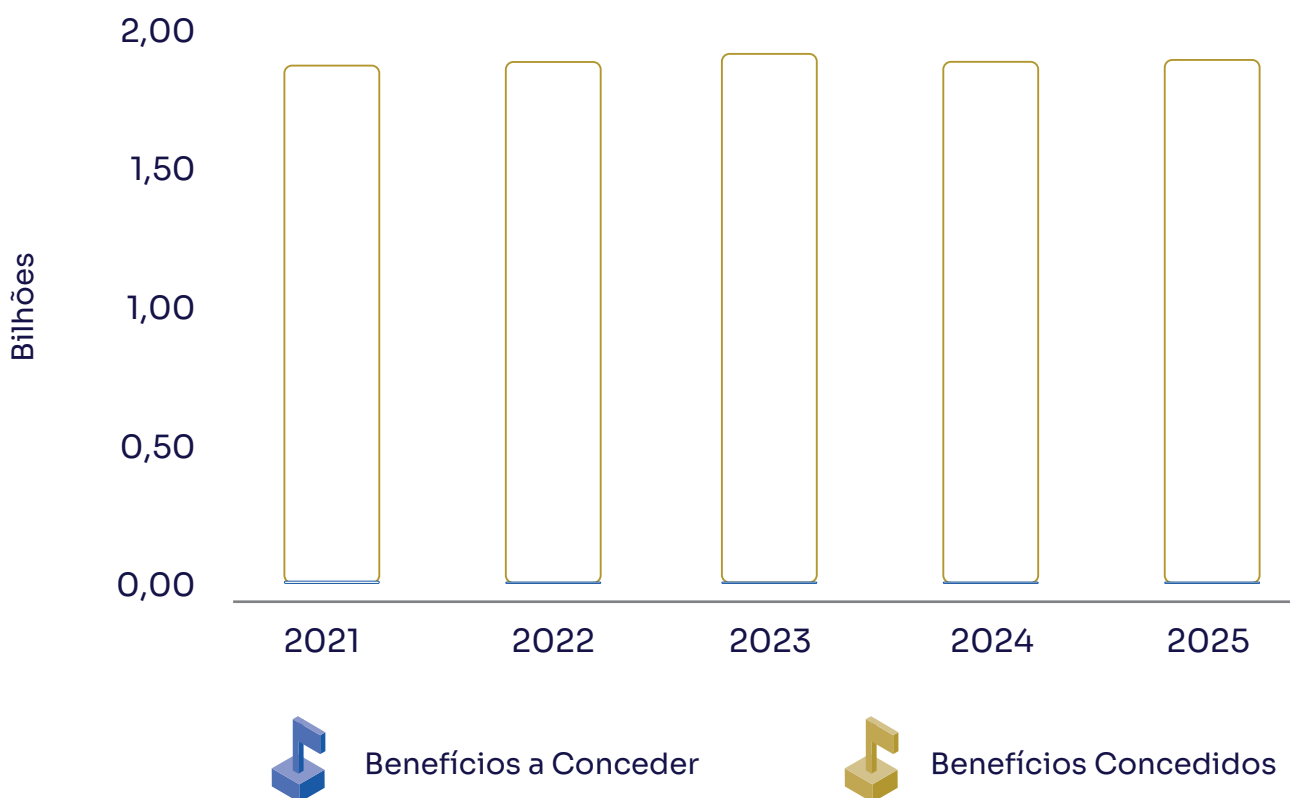
No exercício de 2025, a Reserva Matemática aumentou em R\$ 11 milhões, atingindo o montante de R\$ 1,89 bilhão, já incluído o valor referente ao Grupo “Pré-68” (R\$ 112,5 milhões).

A variação da provisão é decorrente da avaliação atuarial de 2025, em que se atualizou a reserva considerando o período de dezembro de 2024 a novembro de 2025, além do reflexo advindo da atu-

alização cadastral (valores reais de benefícios, informações de dependentes, dentre outros) e de oscilações atuariais.

O gráfico a seguir evidencia a evolução das reservas matemáticas ao longo dos últimos cinco anos. Cabe destacar que o montante engloba o valor da Reserva do Grupo “Pré-68”, que, embora esteja contabilmente segregada, para efeitos de totalização, no gráfico abaixo, está sendo considerada.

### PLANO PREVIDENCIAL A





### Reservas de Contingência e Especial

O superávit apurado ao final do exercício foi alocado na Reserva de Contingência e na Reserva Especial.

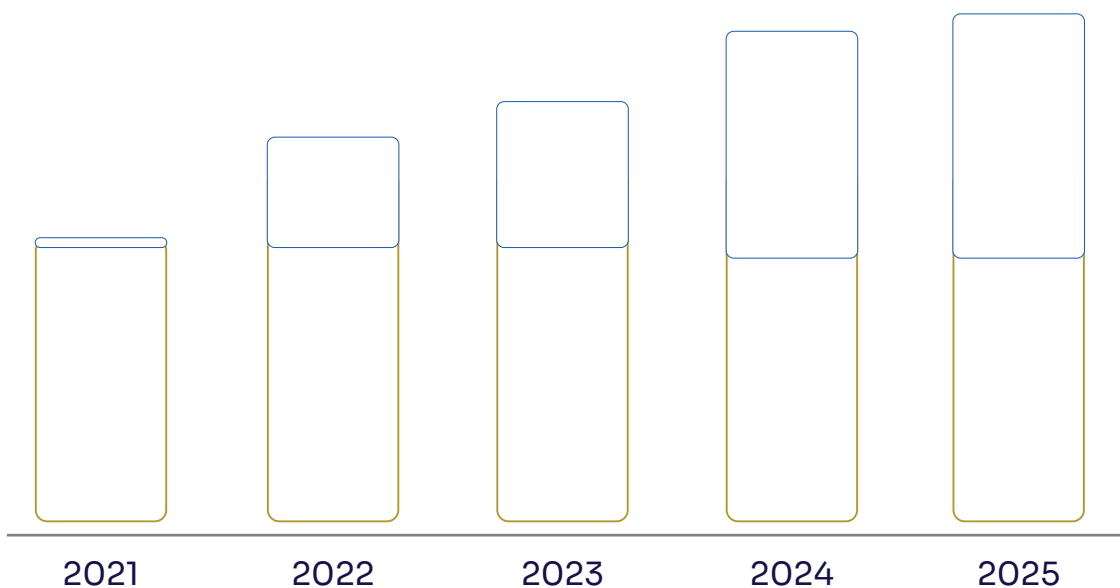
O limite da Reserva de Contingência, considerando a *duration* do passivo de 8,5384 anos – apurada em 31/12/2025 – é de 18,5384% das Provisões Matemáticas Totais do Plano.

Importante registrar que o referido su-

perávit se refere integralmente ao Grupo Plano A, a cargo da PREVIRB.

O Balanço Patrimonial revela que o Plano A possui patrimônio de R\$ 2,56 bilhões, e, portanto, superior às Provisões Matemáticas Globais, avaliadas em R\$ 1,89 bilhão, conduzindo ao superávit técnico de R\$ 669,51 milhões – sendo R\$ 351,13 milhões alocados na Reserva de Contingência e R\$ 318,38 milhões na Reserva Especial para Revisão do Plano.

## PLANO PREVIDENCIAL A



Reserva Especial



Reserva de Contingência



## Recadastramento

É dever da Fundação garantir, de forma contínua, a confiabilidade, a atualização e a integridade do Cadastro de Participantes.

A qualidade dessa base de dados é fundamental para a precisão das avaliações atuariais, dos testes estatísticos e do acompanhamento das hipóteses que sustentam o planejamento dos Planos.

Para cumprir com esse dever, a Fundação realiza campanhas de Recadastramento, em regra, a cada dois anos. Além disso, os Participantes têm a liberdade de atualizar seus dados cadastrais a qualquer momento, pelo site ([www.previrb.com.br](http://www.previrb.com.br)), por meio do canal “Fale Conosco” ou envio de e-mail.

Historicamente realizado por meio de formulários físicos via Correios, o processo de recadastramento evoluiu para um modelo híbrido, especialmente após o período da pandemia. Essa transição para o ambiente digital permitiu maior agilidade e segurança, consolidando o uso de sistemas informatizados e do Portal da PREVIRB.

Em 2025, o processo de Recadastramento apresentou um avanço significativo, atingindo 74,53% da massa total de Participantes — um crescimento relevante frente aos 68,30% registrados em 2023. Na análise por Plano, observou-se que o Plano A obteve um índice de adesão de 78,12%, enquanto o Plano B registrou 67,23%.





PLANO A	Nº DE PARTIC.	Nº DE RECADASTRADOS	% DE RECADASTRADOS
PARTICIPANTES	1	1	100,00%
ASSISTIDOS	1.028	813	79,09%
PENSIONISTAS	292	218	74,66%
<b>TOTAL PL. A</b>	<b>1.321</b>	<b>1.032</b>	<b>78,12%</b>

PLANO B	Nº DE PARTIC.	Nº DE RECADASTRADOS	% DE RECADASTRADOS
PARTICIPANTES	505	338	66,93%
ASSISTIDOS	130	88	67,69%
PENSIONISTAS	15	11	73,33%
<b>TOTAL PL. B</b>	<b>650</b>	<b>437</b>	<b>67,23%</b>

PLANO A + B	Nº DE PARTIC.	Nº DE RECADASTRADOS	% DE RECADASTRADOS
PARTICIPANTES	506	339	67,00%
ASSISTIDOS	1.158	901	77,81%
PENSIONISTAS	307	229	74,59%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.971</b>	<b>1.469</b>	<b>74,53%</b>



Sumário



 **PREVIRB**

## CAPÍTULO 4

# Administração

Administração Geral - 41

Despesas Administrativas - 41

Fontes de Custeio - 42

Plano de Gestão Administrativa - 43

Evolução do Fundo Administrativo - 44

## Administração Geral

Durante o exercício de 2025, a PREVIRB manteve sua estrutura atualizada e adequada para atender plenamente às suas necessidades operacionais. A Fundação encerrou o exercício com seu qua-

dro funcional contendo 19 empregados, distribuídos nas Gerências de Infraestrutura, Financeira e de Investimentos, de Seguridade e Atuária, além da Superintendência.

## Despesas Administrativas

O Conselho Deliberativo é responsável por definir os critérios quantitativos e qualitativos para a realização de tais despesas, possibilitando a avaliação da relação entre a necessidade e a adequação dos gastos com os resultados obtidos.

Para o exercício de 2025, o limite máximo aprovado para o índice composto entre as Despesas Administrativas e os Recursos Garantidores dos Planos foi de

0,45%. A Fundação encerrou o exercício apresentando o resultado de 0,43%.

Dos R\$ 12,938 milhões orçados, foram efetivamente gastos R\$ 12,937 milhões, representando uma variação de 0,01%.

A seguir, apresenta-se tabela com a evolução comparativa entre o total das Despesas Administrativas e os Recursos Garantidores nos últimos dois anos.

Em Reais

EVOLUÇÃO COMPARATIVA	2024	2025
DESPESAS ADMINISTRATIVAS (A)	12.063.763	12.937.409
RECURSOS GARANTIDORES (B)	2.854.251.270	3.005.732.422
RELAÇÃO % (A / B)	0,42%	0,43%



## Fontes de Custeio

Atualmente, está vigente o seguinte Plano de Custeio Administrativo:

(i) taxa de administração de 0,10% ao ano sobre o total dos investimentos do Plano A e do Plano B;

(ii) custeio administrativo dos investimentos para cobertura das despesas de investimentos dos Planos A e B;

(iii) taxa de carregamento nula para ambos os Planos Previdenciais A e B;

(iv) apropriação no PGA dos resultados positivos dos investimentos realizados, incluindo o retorno do próprio investimento dos recursos do PGA;

(v) rateio das despesas entre os Planos de forma proporcional ao tamanho do patrimônio de cada um deles, conforme regra de rateio anteriormente aprovada.

Em Reais

CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	2024	2025
TAXA DE CARREGAMENTO	-	-
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO EMPRÉST. FINANC.	27.370	37.291
CUSTEIO ADMINISTRATIVO DOS INVESTIMENTOS	9.189.955	9.528.096
RESULTADO POSITIVO DOS INVESTIMENTOS	2.714.104	4.647.059
OUTRAS RECEITAS	436.498	113.550
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>12.367.926</b>	<b>14.325.995</b>

# Plano de Gestão Administrativa (PGA)

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas previdenciais e de investimentos, deduzidas das despesas específicas da Gestão Previdencial e dos Investimentos. As sobras ou insuficiências administrativas são alocadas ou revertidas ao/do Fundo Administrativo.

Em atendimento à Resolução CNPC nº 62, de 9 de dezembro de 2024, e com aprovação do CONDEL, o Regulamento do PGA foi atualizado, com ajustes em conceitos, custeio e gestão do Fundo Administrativo. As mudanças reforçam especialmente a transparência, os indicadores de gestão e o controle orça-

mentário. A versão atualizada está disponível no [site](#) da PREVIRB.

A demonstração do PGA, apresentada a seguir, evidencia a relação entre receitas e despesas, bem como a destinação das sobras administrativas do exercício, que foram incorporadas ao Fundo Administrativo.

Observa-se que, após o período sem cobrança de taxas, a retomada da cobrança da taxa administrativa contribuiu para a recomposição e o crescimento do Fundo, fortalecendo a sustentabilidade do Plano.

## Demonstração do Plano de Gestão Administrativa

DESCRIÇÃO	2022	2023	2024	2025
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>31.075.199,40</b>	<b>32.357.004,73</b>	<b>33.967.662,37</b>	<b>36.620.564,01</b>
1. Receitas Administrativas + Fluxo dos Investimentos	11.210.134,01	12.216.684,66	12.367.926,29	14.325.995,09
2. Despesas Administrativas	(9.928.328,68)	(10.606.027,02)	(12.063.763,43)	(12.937.409,92)
3. Atualização Contencioso	-	-	-	(1.582.893,92)
4. Constituição/Reversão de Provisões Contingenciais	-	-	2.348.738,78	(48.031,88)
<b>= Constituição/Reversão de Fundos</b>	<b>1.281.805,33</b>	<b>1.610.657,64</b>	<b>2.652.901,64</b>	<b>(242.340,63)</b>
5. Resultado Negativo dos Investimentos	-	-	-	-
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 1;2;3;4)</b>	<b>32.357.004,73</b>	<b>33.967.662,37</b>	<b>36.620.564,01</b>	<b>36.378.223,38</b>



# Evolução do Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo é utilizado para custear as operações e eventuais sobrecargas administrativas, quando as Receitas Administrativas, porventura, não forem suficientes.

No período de 2015 a 2017, o volume de recursos apresentou evolução positiva. A partir de 2018, observou-se trajetória decrescente, culminando em redução de 2,9% em 2020, em decorrência da suspensão da cobrança da taxa de carregamento, conforme estabelecido pela Resolução CONDEL nº 021, de 22 de julho de 2020.

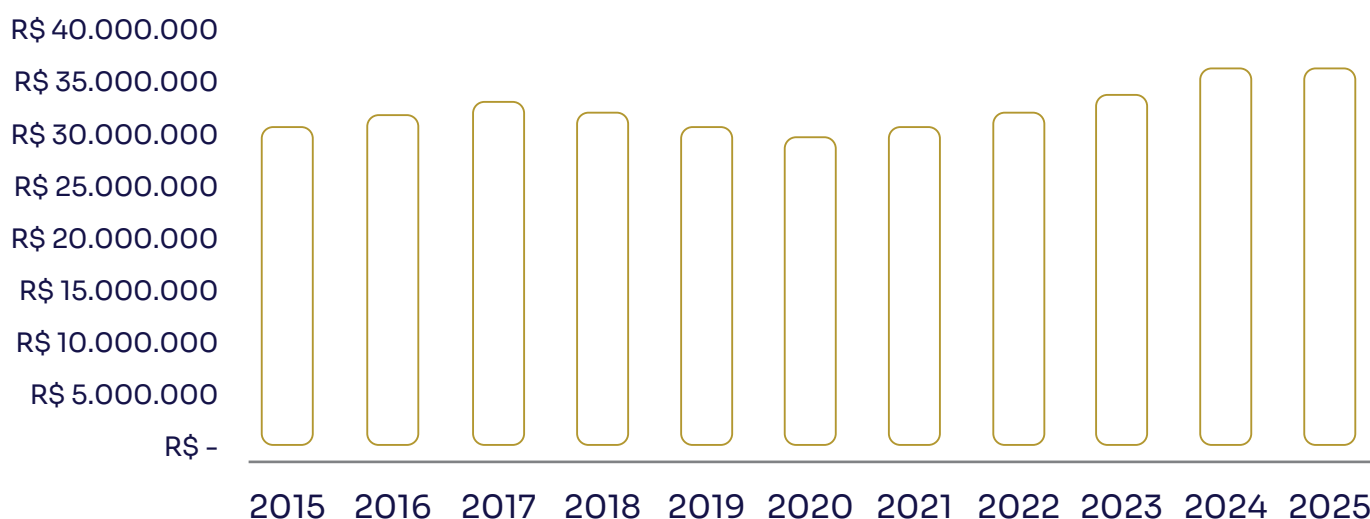
A partir de 2023, com a retomada da cobrança da taxa administrativa e a elevação da taxa Selic, que serve de referência

para os ativos do mercado financeiro, a rentabilidade alcançada com a aplicação dos recursos do PGA voltou a ser positiva, atingindo 12,29% em 2023 e 8,63% em 2024.

Em 2024, houve reversão de contingências administrativas no valor total de R\$ 2,34 milhões, o que impactou positivamente o resultado do Fundo, que atingiu R\$ 36,620 milhões, sendo esse o principal fator para o aumento observado no resultado naquele ano.

No exercício de 2025, o Fundo Administrativo totalizou R\$36,378 milhões, apresentando uma redução de apenas 0,6% em relação ao exercício anterior.

## EVOLUÇÃO DO PGA





Sumário



 **PREVIRB**

## CAPÍTULO 5

# Anexos

Anexos - 46



Clique nos links abaixo para baixar os arquivos e ver os documentos:

- Parecer Atuarial do Plano Previdencial A
- Parecer do Conselho Fiscal
- Parecer do Conselho Deliberativo





Sumário



 **PREVIRB**

## CAPÍTULO 6

# Glossário

Glossário - 48



# Glossário

**1. AETQ (Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado):** dirigente formalmente designado como responsável técnico pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores dos Planos, bem como pela prestação de informações aos órgãos reguladores.

**2. ARGR (Administrador Responsável pela Gestão de Riscos):** profissional ou instância responsável por monitorar, avaliar e certificar a aderência dos riscos assumidos pela Entidade.

**3. ARPB (Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios):** responsável pela gestão e acompanhamento específico de determinado Plano de Benefícios.

**4. Assistido:** Participante ou beneficiário que já se encontra em fase de recebimento de benefício previdenciário.

**5. Avaliação Atuarial:** estudo técnico realizado anualmente por atuário habilitado para apurar provisões matemáticas, verificar o equilíbrio do Plano e registrar seus resultados no Balanço Patrimonial.

**6. Balanço Patrimonial:** demonstração contábil que apresenta a posição financeira e patrimonial da Entidade em determinada data, geralmente ao final do exercício social. O Ativo reúne bens, direitos e aplicações de recursos. O Passi-

vo compreende as obrigações com Participantes e terceiros.

**7. Benchmark:** indicador de referência utilizado para medir o desempenho de uma determinada ação, ativo ou fundo de investimento.

**8. Benefício a Conceder:** benefício previdenciário cujo direito ainda será adquirido pelo Participante, condicionado ao cumprimento dos requisitos regulamentares.

**9. Benefício Concedido:** benefício previdenciário já iniciado e pago ao Assistido ou Pensionista.

**10. Benefício Eventual Temporário (BET):** modalidade de distribuição de superávit concedida por prazo determinado aos Participantes e Assistidos, conforme aprovação regulatória.

**11. Capitalização:** regime financeiro no qual as contribuições acumuladas, acrescidas de rentabilidade, formam reservas para custear benefícios futuros.

**12. Conselho Deliberativo (CONDEL):** órgão máximo de governança da Entidade, responsável por decisões estratégicas e aprovação de políticas.

**13. Conselho Fiscal (CONFI):** órgão responsável por fiscalizar a gestão adminis-



trativa, financeira e contábil da Entidade.

**14. Despesas Administrativas:** gastos necessários à operação da Entidade, incluindo pessoal, infraestrutura, sistemas e serviços.

**15. Despesas com Benefícios:** valores pagos pelo Plano a título de benefícios previdenciários.

**16. Demonstrações Contábeis:** as Demonstrações Contábeis, também denominadas “Demonstrações Financeiras”, são uma apresentação estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma Entidade ao fim do exercício fiscal. O conjunto das demonstrações contábeis está descrito nas Notas Explicativas.

**17. Demonstrativo de Investimentos:** relatório que apresenta a alocação dos recursos da Entidade por segmento, a rentabilidade obtida e a comparação com a meta atuarial e os limites legais.

**18. Duration:** termo da língua inglesa utilizado para definir o prazo médio ponderado de recebimento dos fluxos de caixa ou, no caso em questão, do fluxo de pagamento de benefícios.

**19. Duration do Passivo:** prazo médio ponderado das obrigações futuras do Plano, utilizado para mensurar sensibilidade a juros.

**20. EFPC (Entidade Fechada de Previdên-**

**cia Complementar):** entidade sem fins lucrativos que administra Planos de Previdência Complementar destinados a empregados de empresas patrocinadoras.

**21. Encontro de Contas:** procedimento contábil de compensação de obrigações entre partes.

**22. Estatuto:** documento que estabelece as normas de organização e funcionamento da Entidade.

**23. Federal Reserve (Fed):** Banco Central dos Estados Unidos, responsável pela política monetária do País.

**24. Folha de Benefícios:** total mensal pago aos Assistidos e Pensionistas.

**25. Fontes de Custeio:** mecanismos utilizados para financiar despesas administrativas e previdenciárias.

**26. Fundo Administrativo:** fundo destinado à cobertura de despesas administrativas e eventuais insuficiências.

**27. Fundo de Investimento:** ativo administrado pela Entidade, que será administrado de acordo com os critérios fixados anualmente pelo Conselho Deliberativo, através da política de investimentos ou outro normativo.

**28. Fundo de Revisão do Plano:** fundo constituído com recursos da Reserva Especial para revisão do Plano ou distribuição de superávit.



**29. Grupo de Custeio:** conjunto de Participantes e Assistidos vinculados a regras específicas de financiamento e responsabilidade pelo custeio.

**30. Hipóteses Atuariais:** premissas biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas nos cálculos atuariais.

**31. IBrX-50:** Índice Brasil 50. Ele é um dos índices da Bolsa de Valores Brasileira que mede o desempenho das 50 ações mais negociadas.

**32. IMA-B 5:** índice que reflete o desempenho das NTN-Bs com prazo de até cinco anos.

**33. IMA-B 5+:** índice que reflete o desempenho das NTN-Bs com prazo superior a cinco anos.

**34. IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo):** principal indicador oficial de inflação no Brasil, calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

**35. IRF-M:** índice da ANBIMA que mede o desempenho de títulos públicos prefixados – LTNs e NTN-Fs.

**36. IRF-M 1+:** subíndice do IRF-M que acompanha títulos públicos prefixados com prazo superior a um ano.

**37. Marcação a mercado:** metodologia que atualiza diariamente o valor de um ativo conforme seu preço de negocia-

ção no mercado.

**38. Massa de Participantes:** conjunto de Participantes e Assistidos vinculados a determinado Plano.

**39. Meta atuarial:** rentabilidade mínima necessária para garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios, de forma a garantir o resultado necessário ao pagamento dos benefícios dos Participantes.

**40. Método Financeiro (ou Método Atuarial):** técnica utilizada para determinar contribuições e provisões necessárias ao custeio dos benefícios.

**41. Notas Explicativas:** são complementos às Demonstrações Contábeis, quadros analíticos ou outras demonstrações contábeis necessárias à plena avaliação da situação e da evolução patrimonial da empresa ou entidade.

**42. NTN-B (Nota do Tesouro Nacional – Série B):** título público federal indexado ao IPCA, que paga juros reais acrescidos da variação da inflação.

**43. Parecer Atuarial:** documento elaborado por atuário responsável, no qual este certifica o nível de reservas e a situação financeira e atuarial do Plano de Benefícios em determinada data, apresenta seus comentários técnicos, faz recomendações e expressa conclusões sobre a situação do Plano.

**44. Participante:** pessoa física que adere



ao Plano de Benefícios administrado por uma EFPC.

**45. Patrocinador:** empresa ou grupo de empresas que institui Plano de Previdência Complementar para seus empregados, por intermédio de uma EFPC.

**46. Pecúlio:** benefício pago em parcela única, geralmente em caso de morte.

**47. Pensão por Morte:** benefício pago aos dependentes do Participante ou Assistido falecido.

**48. Plano de Custeio:** documento que define as contribuições necessárias para financiar benefícios e despesas.

**49. Plano Maduro:** Plano previdenciário em que a maioria dos Participantes já está em fase de recebimento de benefícios.

**50. Política de Investimentos:** documento de periodicidade anual que estabelece diretrizes, limites e estratégias para aplicação dos recursos do Plano.

**51. Portabilidade:** transferência dos recursos acumulados para outro Plano previdenciário.

**52. PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar):** órgão federal responsável pela supervisão das EFPC.

**53. Provisões Matemáticas:** valor presente das obrigações futuras do Plano

com Participantes e Assistidos.

**54. Recursos Garantidores:** ativos financeiros destinados a assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários.

**55. Regime Financeiro:** modelo adotado para custeio dos benefícios, como capitalização ou repartição.

**56 Reserva de Contingência:** reserva para garantia de benefícios, correspondente ao resultado superavitário do Plano ao final do exercício, constituída após o atendimento das exigências regulamentares do Plano, limitada a 25% (vinte e cinco por cento) do valor das Provisões Matemáticas.

**57. Reserva Matemática:** valor presente das obrigações futuras do Plano com seus Participantes e Assistidos.

**58. Reserva Especial:** reserva para revisão do Plano de Benefício, sendo constituída com os valores excedentes da Reserva de Contingência.

**59. Resolução CMN nº 4.994/2022:** norma que estabelece diretrizes para aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas EFPC.

**60. Resolução CNPC nº 43/2021:** norma que dispõe sobre critérios de precificação e registro contábil de títulos e valores mobiliários pelas EFPC.

**61. Resolução PREVIC nº 23/2023:** norma que complementa as diretrizes regu-



latórias aplicáveis às EFPC.

**62. Resolução CNPC nº 62/2024:** norma que define regras para o PGA, incluindo custeio, gestão do fundo administrativo, orçamento, indicadores e transparência.

**63. Reversão de Valores:** devolução de recursos ao Patrocinador ou ao Plano após compensações regulamentares.

**64. Renda Fixa:** segmento de investimento em que as regras de remuneração são definidas no momento da aplicação.

**65. Renda Mensal Vitalícia (RMV):** benefício pago mensalmente ao Assistido durante toda a sua vida.

**66. Renda Variável:** segmento de investimento cuja rentabilidade varia conforme as condições de mercado.

**67. Rentabilidade:** variação percentual positiva ou negativa obtida por um investimento em determinado período.

**68. Risco Atuarial:** risco de desequilíbrio do Plano decorrente da adoção de premissas que não se confirmem ao longo do tempo.

**69. Rotatividade:** taxa estimada de desligamento de Participantes antes da concessão do benefício.

**70. Segurado:** termo utilizado para designar o Participante ou Assistido coberto pelo Plano.

**71. Superávit:** resultado positivo apurado quando o patrimônio do Plano é superior às Provisões Matemáticas.

**72. Taxa de Juros Técnicos:** taxa anual utilizada nos cálculos atuariais para trazer a valor presente os pagamentos futuros de benefícios.

**73. Taxa Real de Juros:** taxa de retorno descontada a inflação.

**74. Tábua de Mortalidade Geral:** também conhecida como Tábua de Vida, Atuarial ou Biométrica. É uma tabela utilizada para estimar a expectativa de vida de determinado grupo de pessoas para o cálculo de valores de benefícios, como planos de previdência e seguros de vida. O cálculo é baseado a partir da análise demográfica de um conjunto de fatores, como: sexo, idade, profissão etc.

**75. Taxa de Administração:** percentual cobrado para custeio administrativo.

**76. Taxa de Carregamento:** percentual incidente sobre contribuições destinado ao custeio administrativo.

**77. Taxa Selic:** taxa básica de juros da economia brasileira, definida pelo Banco Central. Seu nome vem da sigla Sistema Especial de Liquidação e Custódia. Serve como referência para outras taxas de juros, como as de empréstimos, financiamentos e investimentos, sendo o principal instrumento de política monetária do País para o controle da inflação.



# ATENDIMENTO AO PARTICIPANTE

Telefone: (21) 2277.1999

Contato: [www.previrb.com.br/fale-conosco](http://www.previrb.com.br/fale-conosco)

Site: [www.previrb.com.br](http://www.previrb.com.br)

Linkedin: [company/previrb](https://www.linkedin.com/company/previrb)

Funcionamento de segunda à sexta,  
das 9h às 17h

CNPJ: 29.959.574/0001-73  
Av. Marechal Câmara 160 Salas 1633/1634  
Centro - Rio de Janeiro / RJ CEP: 20020-080

Fundação de Previdência dos Servidores do IRB - PREVIRB